



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

OFC-OUVID - 1892017
Código de validação: 685DC822ED

São Luís (MA), 31 de outubro de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Des. Cleones Carvalho Cunha
MD. Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Assunto: **Relatório da Audiência Pública do polo judicial de Chapadinha**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. a Ata da Audiência pública realizada na Comarca de Tutóia, realizada no dia 19 de outubro do corrente ano, abrangendo todas as comarcas que integram o polo judicial de Chapadinha.

A Audiência pública foi a 5ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Mantendo a sistemática da gestão anterior, optamos aqui por fazer a juntada da própria Ata da Audiência, revisada e resumida e também das informações apresentadas pelos magistrados do polo por ocasião da visita ao Fórum Juiz Marcílio Moura de Carvalho e reunião prévia à audiência, sintetizadas em breve relatório.

Assim, formalizo o ocorrido no evento, na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas ainda pendentes e que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,

Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE
Matrícula 176362

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 01/11/2017 13:25 (RICARDO TADEU





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
OUIDORIA

BUGARIN DUAILIBE)





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa

Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820

E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO POLO JUDICIAL DE CHAPADINHA, REALIZADA EM TUTÓIA/MA.

Aos 19 dias do mês de outubro de 2017, às 18h, no auditório da Secretaria Municipal de Educação da Comarca de Tutóia, foi realizada audiência pública referente a atuação do Judiciário no polo judicial de Chapadinha, que contou com a participação de aproximadamente 100 pessoas. Aberto os trabalhos foi apresentado à população vídeo institucional sobre a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão. Após, foram convidados a compor a mesa de honra o Excelentíssimo Desembargador Ouvidor Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe, o MM. Juiz de Direito titular da comarca de Tutóia, Dr. Francisco Eduardo Girão Braga, a MM. Juíza de Direito Titular da Vara Única de Magalhães de Almeida, Dra. Muryelle Tavares Leite Gonçalves, representando os advogados da região, o Dr. Ayrton Paulo de Aquino Silva. Em seguida foi dada a palavra aos integrantes da mesa. Com a palavra o Ouvidor Judiciário, que agradeceu a presença de todos e a colaboração dada pela Comarca para a realização da audiência. Informou aos presentes os meios de acesso à Ouvidoria, destacando o acesso presencial e o recebimento de manifestações pelo *Call Center* e pelo formulário eletrônico no site do Tribunal de Justiça. Informou ainda que o público presente tinha a possibilidade de apresentar suas demandas e fazer perguntas aos componentes da mesa. Por último, parabenizou o MM. Juiz de Tutóia pela organização do Fórum da Comarca. Dada a palavra ao MM. Juiz titular da vara única da Comarca de Tutóia, Dr. Eduardo Girão o mesmo cumprimentou os presentes e explicou que estes deveriam externar suas insatisfações, apresentar sugestões ou tirar suas dúvidas em relação ao judiciário. O próprio magistrado destacou que o grande problema do judiciário na Comarca é a elevada demanda, possuindo distribuição maior do que a Comarca de Araióses, que conta com duas unidades Judiciais. Dada a palavra a MM. Juíza de Direito Titular da Comarca de Magalhães de Almeida, Dra. Muryelle Tavares Leite Gonçalves, a mesma ressaltou a importância da audiência pública, por aproximar a população do judiciário e colocou-se à disposição dos presentes para esclarecer o necessário. Com a palavra o advogado Ayrton Paulo de Aquino Silva, parabenizou a iniciativa do Desembargador e o trabalho do magistrado Eduardo Girão. Em seguida, reivindicou em nome de seus colegas a implantação de mais uma Vara para a Comarca e a implantação do Sistema PJE. Em seguida, a palavra foi franqueada ao público. Antônio Amaral, funcionário público, questionou ao Dr. Eduardo qual a meta do Poder Judiciário para aproximar dele o cidadão e questionou ainda sobre a possibilidade de instalação de uma penitenciária na região. O MM. Juiz informou que haverá sempre atendimento a partes e advogados em seu gabinete e que procura estar sempre próximo

atendendo-os, inclusive divulgou a “Semana da Justiça”, evento organizado por ele que contará com a participação da sociedade e a realização do casamento comunitário no mês de Dezembro. Quanto à Penitenciária destacou que os presos necessitam de um cuidado especial mas não tem ciência da criação de Presídio para a Comarca. Ronaldo Alves, blogueiro na cidade de Tutóia requereu a instalação de mais uma Vara na comarca de Tutoia devido à grande necessidade, assim como, na cidade de Paulino Neves. Requereu ainda instalação de uma Defensoria Pública na cidade. Após saudar a mesa o professor e vereador PAULO ROGÉRIO, questionou a falta de transporte aos alunos, principalmente nos interiores. Se colocou à disposição em nome do poder legislativo para o que precisasse para ajudar ao judiciário. O MM. Desembargador agradeceu ao representante do povo e ressaltou a importância das crianças que são o futuro do Brasil, e esclareceu que essa é uma competência do poder executivo, a não ser que o Judiciário fosse provocado através de ação judicial. Carlos Lago, Coordenador Geral da Universidade do Estado do Maranhão agradeceu a atuação do judiciário em nome dos alunos que ingressaram judicialmente para admissão no curso e tiveram o pleito provido e perguntou a possibilidade de atendimento para a população que mora em povoados e se haveria a possibilidade de atendimento nos próprios povoados, devido à distância do Fórum. O Ouvidor respondeu que seria uma justiça itinerante, que existem algumas políticas adotadas neste sentido, tais como os casamentos comunitários, a Ação Global, o cadastramento biométrico, mas para certas atividades judiciais somente seria possível na sede em razão da necessidade da presença do juiz e do promotor. E que levaria a sugestão de atendimento nos povoados desde que não fossem atribuições do magistrado e sim de atendimento à população, o que poderia ser desenvolvido em parceria com a OAB. O senhor Aurélio Santos, professor de geografia, demonstrou preocupação com a pedofilia e uso de drogas e álcool por menores nas festas realizadas na cidade. Questionou ainda sobre a possibilidade de instalação de uma Defensoria pública em Tutóia. O Ouvidor comprometeu-se em levar a demanda ao conhecimento da Defensoria. O magistrado da Comarca disse acreditar que um trabalho preventivo seria a maneira mais adequada. Solicitou aos representantes da Polícia Militar e do Conselho Tutelar presentes à audiência um trabalho em conjunto e uma maior fiscalização por parte destes em relação a presença da criança e do adolescente em ambientes impróprios. Quanto a instalação de uma Defensoria Pública explicou se tratar de atribuição que transcende o judiciário, já que Órgão diverso deste mas esclareceu que a população não tem seu direito cerceado, visto poder buscar seus direitos acionando diretamente o Judiciário através dos Juizados Especiais, cuja assistência por advogado não é obrigatória. A juíza de Magalhães de Almeida, Dra. Muryelle Gonçalves, destacou a importância da presença e atuação dos pais na educação de seus filhos, pois a orientação e o cuidado devem ser iniciados no seio familiar e ser complementado pela educação escolar, o

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA

Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

que consistiria a melhor forma de prevenção para que crianças e adolescentes não entrem no mundo das drogas e do crime de maneira geral. Márcia De Oliveira, servidora do judiciário, técnica judiciária da comarca de Tutóia, ressaltou a deficiência de servidores e a importância da instalação de uma nova vara na comarca. Aurélio Meireles, elogiou a polícia militar pelo trabalho realizado na cidade. Ato contínuo, perguntou sobre a possibilidade do Tribunal de Justiça destinar recursos e campanhas em prol do desenvolvimento dos jovens, ao que foi respondido pelo Juiz da Comarca tratar-se de competência do poder executivo. O Delegado de Polícia, Dr. Rubem dos Santos, saudou a mesa e a população, parabenizou o juiz por morar na cidade, assim como ele. Em seguida, concordou com a juíza quanto ao problema das crianças que é realmente um problema social. Alexandro Carvalho Ramos, Representante do Conselho Tutelar da comarca, cumprimentou aos presentes e parabenizou o MM. Juiz de Direito da comarca pela parceria desenvolvida com o Conselho. Em seguida, reafirmou as palavras da MM. Juíza quanto ao trabalho de prevenção por parte da família. Citou que uma grande problemática, é a questão do estupro de vulnerável, de ocorrência relativamente frequente na cidade. Após destacou a necessidade e importância de ser instalada uma segunda Vara em Tutóia, inclusive como forma de melhor atender a demanda relacionada à criança e ao adolescente e garantir seus direitos e proteção. Novamente o juiz ressaltou a importância de um trabalho conjunto entre polícia militar e conselho tutelar para fiscalização de estabelecimentos que não respeitem a proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores e com realização mais frequentes de blitz por parte da PM. Tomires Araújo, professora, e ex-membro do Conselho da comunidade, pediu que houvesse um maior policiamento na cidade. O Tenente da Polícia Militar, Sérgio Mendes, comprometeu-se a realizar uma fiscalização mais rígida e solicitou auxílio da população quanto a educação das crianças, assim como das escolas. Uma cidadã reforçou novamente a importância da instalação de uma 2ª Vara, com competência sobre matéria da Infância e juventude, bem como reivindicou a instalação de lugar adequado para a oitiva de crianças vítimas de abuso sexual, questionamento este também feito pelo senhor Aurélio Meireles, sendo respondidos pelo Dr. Eduardo Girão, que já havia sido solicitada sala especial para oitiva de menores e profissional especializado, cujo atendimento está em andamento no Tribunal. Última participação do público presente, o senhor Roque Lima ressaltou a importância dessa audiência pública e demonstrou o desejo de que mais representantes da população valorizassem esse tipo de evento. Em seguida, o Ouvidor respondeu um dos questionamentos apresentados em audiência, em relação ao PJE, e informou já existir projeto de implantação do sistema na comarca. Finalizando, o Ouvidor encerrou a reunião agradecendo a importante colaboração e sugestões dos presentes. E que assume o compromisso de iniciativa de criação do projeto de instalação de uma nova vara para a comarca. Em seguida, o Desembargador agradeceu as autoridades e políticos presentes, em

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
OUVIDORIA
Fórum Desembargador Sarney Costa
Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís – MA. CEP: 65.076-820
E-mail: ouvidoria@tjma.jus.br; telefone: [0800-707-1581](tel:0800-707-1581) ou [159](tel:159) – site: www.tjma.jus.br

especial a secretária de educação por todo o suporte, a secretária judicial, a equipe de informática, serviços gerais, aos servidores da Ouvidoria os sinceros agradecimentos, assim como, ao povo de Tutóia pela acolhida. Para constar, eu, Jaciary Diniz Ferreira, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão

REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS DURANTE VISITA AO FÓRUM DA COMARCA E REUNIÃO COM OS MAGISTRADOS DO POLO

Em visita realizada pelo Ouvidor às 9h do dia 19.10.2017, ao Fórum de Tutóia, Juiz Marcílio Moura de Carvalho, o magistrado da Comarca relatou a grande demanda da Comarca, que conta apenas com uma unidade judicial e possui insuficiência de servidores, contando com apenas 5 servidores para trabalhar com um acervo de 6 mil processos. Informou já existir projeto para a elevação da Comarca e destacou a necessidade de criação de uma 2ª Vara para a Comarca. Informou ainda que o Fórum não possuía Sala de Depoimento Especial, contudo foi feita solicitação ao presidente do tribunal de Justiça, que foi prontamente acatada e está em fase de atendimento. Outra problemática apontada pelo magistrado trata-se de dois aparelhos de ar-condicionados com defeito, um deles responsável pela refrigeração da sala de equipamentos de informática (CPD) e que apesar das diversas solicitações de reposição não teve seu pleito atendido. A necessidade de criação do cargo de Comissário de Infância e Juventude para a Comarca, a necessidade de ampliação da sala de arquivo que não comporta mais o acervo foram outras demandas apontadas. De menor complexidade, houve reivindicação por parte dos servidores de treinamento para operar o Sistema VEP, ainda não oferecido para a Comarca

Reivindicação apresentada por ocasião da reunião com os magistrados do polo, pela juíza da Comarca de Magalhães de Almeida, Dra. Muryelle Gonçalves, refere-se a falta de segurança estrutural do Fórum da Comarca, visto que os acessos de entrada não são reforçados, sendo facilmente suscetíveis à violação. Diante do layout do prédio, há visibilidade ao público externo da área interna na qual a juíza trabalha, ficando esta exposta a qualquer possível retaliação. A magistrada solicitou, através da Ouvidoria, que a Engenharia compareça à Comarca para que sejam adotadas as providências cabíveis para melhor promover a segurança do prédio e dos que lá desenvolvem suas atividades laborais.

Foram as reivindicações apresentadas pelos magistrados do polo, aqui sintetizadas, e encaminhadas para a adoção das providências reputadas necessárias.

Atenciosamente,

Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Ouvidor Judiciário do Estado do Maranhão